

Políticas Públicas por Identidades e de Ações Afirmativas. Acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes¹

Mary Garcia Castro²

Introdução

Hoje no Brasil, vem-se articulando ações e debates no sentido de se estruturar políticas públicas de juventudes, reconhecendo-se assim os jovens como sujeitos de direito. É positivo registrar com tal propósito diversas iniciativas que vêm tomando fôlego em particular neste início de 2004, como a nível de governo federal da gestão Lula, a formação de um Grupo Interministerial de Juventude, no âmbito da Câmara de Políticas Sociais, para elaboração de uma Política Nacional de Juventude; a nível de diferentes ministérios, a constituição de pastas específicas sobre juventudes; as consultas ampliadas e análises que se dão no âmbito do Projeto Juventude do Instituto de Cidadania; e aquelas que pelo Brasil, por encontros regionais com a sociedade civil e especialistas vem realizando uma Comissão Especial Parlamentar de Deputados destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude; como também por parte da UNESCO, a elaboração de documentos para subsidiar tais políticas, assim como as pesquisas sobre tal geração³.

Vale, neste momento, também considerar caminhos percorridos e que estão percorrendo outros grupos identitários com propósito similar, desafios enfrentados pelo movimento feminista e de mulheres como pelo movimento negro, por exemplo, não somente por estruturar máquinas político-administrativas no plano do nível executivo de governo-as secretarias especiais-; garantir que o movimentos sociais, por conselhos, estejam representados na formulação e acompanhamento dessas políticas; assim como defender que mais do que ter mulheres e negros contemplados em distintas políticas como beneficiários, se faz necessário legitimar enfoques de gênero e de cunho anti

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentado no painel “Políticas Públicas por Identidades e de Ações Afirmativas para a Superação das Desigualdades: gênero, classe, étnica, raça e juventude”, no Fórum Mundial de Educação, em 2.4.2004-São Paulo

2 Socióloga, pesquisadora da UNESCO, associada à UNICAMP-Centro de Migrações Internacionais; membro da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, da Comissão Global de Migrações Internacionais e professora aposentada da UFBA.

3 Ver Castro e Abramovay, 2003 (segunda versão-sendo que uma primeira versão foi publicada em 2002). A UNESCO pretende até final de abril de 2004 publicar texto que vem contando com a colaboração do consultor Ernesto Rodriguez também sobre políticas de juventudes.

racista e por reconhecimento de singulares perspectivas étnico-raciais nas políticas de cunho universal.

No caso dos jovens, o desenho de um enfoque 'geracional'/juvenil apenas se esboça e pede mais investimento teórico-político e leitura mais reflexiva a partir da base de pesquisas sobre essa população. Base que vem se ampliando nos últimos anos, no Brasil.

Neste texto, acessa-se esses temas, considerando distintas identidades, o reconhecimento de novos sujeitos, o debate entre políticas universais e focalizadas e por fim mais se centralizando em juventudes. Advoga-se a importância de nexos entre diferentes movimentos sociais por identidades e combinações de referências na consideração sobre políticas de identidade ampliadas e de ações afirmativas.

Políticas por Identidades, Ações Afirmativas e Cidadania

O movimento pro ações afirmativas, ou, segundo alguns autores, discriminações positivas, ou políticas focalizadas em algumas identidades socialmente construídas, visando "garantir balizamento nas oportunidades para aquelas pessoas que têm sua existência, marcada por discriminações e opressões, como as assentadas na classe, gênero e etnia, por exemplo, entre outras"(Gurgel da Silva, 2004: 27) ou que visam tanto retificar por ações legais e programas, desigualdades, quer contemplar especificidades como a que empresta geração às populações jovens ou às mais velhas, confunde-se com o movimento pró novos direitos humanos e cidadania e ganha força em contexto de modernidade, isto é na passagem do século XIX para o século XX.

Em ambos movimentos, o por direitos humanos e cidadania e o de políticas de ações afirmativas e por identidades, o reconhecimento de que:

Primeiro, as desigualdades sociais se multiplicam e que certos sistemas político-culturais além de entrelaçar-se à organização da economia política em classes sociais, também colaboram para discriminações que se traduzem em materializações negativas para alguns, ou seja, mesmo entre o excluídos socialmente por força das relações capital e trabalho há alguns que sofrem outras exclusões que contribuem para a negatividade maior do seu ser e estar no mundo.

Assim por conta dos sistemas de relações sociais entre os sexos, ou de gênero, em uma série de indicadores, objetivos, de classe, como lugar quanto à remuneração do seu trabalho, as mulheres se posicionam em pior situação que os homens, e também por indicadores subjetivos e culturais se identificam divisões sexuais de poder, de trabalho, de

lugares próprios de circulação, e do prazer. Também pela combinação de discriminações que se reproduzem historicamente e são respaldadas por intolerâncias atuais, os afro descendentes mais que os de pele clara mais se concentram em indicadores negativos, bem como os jovens, que não por acaso também se destacam negativamente nas estatísticas de vítimas de homicídios e entre os desempregados. Ou seja, mesmo entre os pobres há gradações, hierarquias e formas de viver a classe, com sentidos próprios, a depender do gênero, da raça e do momento no ciclo vital. Tais sentidos são construídos cultural e politicamente, mas há que entender tanto os sistemas que emprestam conotação peculiar a cada identidade, como os cenários de classe que traduzem tais sistemas em vantagens ou desvantagens relativas

Já Marx ponderava que são várias as populações para o capital, e que no capitalismo se recorre a diferenças tidas como naturais para acirrar competições, diversidade que ajudam que mais se explore alguns e ao mesmo tempo todos das classes dos sem propriedades;

Segundo, o debate sobre cidadania e ação afirmativa vem lembrar não somente que além da economia são vários os sistemas de discriminações e de explorações a pedir intervenção do Estado, se este se desenha como de bem estar social. Aponta também para o fato de que os diversos sistemas identitários têm singularidades político-culturais, linguagens, inclusive de rebelião que pedem formatações próprias.

Assim, por exemplo, o movimento de mulheres não apenas pede cotas para mulheres, errônea tradução das políticas de ações afirmativas, porque historicamente elas estão mais subrepresentadas no poder, na vida pública. Esse movimento singulariza diferenças culturais, singularidades das mulheres, e sua modelação em um sistema de relações, de gênero, e assim, influenciam o todo, pois contribuem para uma sociedade alternativa. Marcuse (1977) em maio de 1968 falava em um "feminismo socialista" como um núcleo de uma utopia anti capitalista, pelas potencialidades de tal feminismo emancipacionista se contrapor a pilares do capitalismo, como a ênfase no lucro econômico, na propriedade privada de bens e de pessoas, sua crítica ao princípio de competitividade e acento militarista. Contudo, em tempos de barbárie, tal utopia se substitui pelo enfoque de garantir direitos a mulheres, alguma igualdade e acesso a alguns serviços, o que para alguns seria mais pragmático e realista e para outros, a domesticação pela institucionalização, de um feminismo com possibilidades radicais.

Mas, mesmo no plano do sistema vigente, ações afirmativas para as mulheres não são apenas políticas que beneficiem mulheres mais que os homens para um acerto de contas histórico, nas áreas de emprego, educação, saúde, lazer, esporte e outras, ou seja políticas que tenham as mulheres como beneficiárias. Não, reivindica-se muito mais. Políticas de ação afirmativa para as mulheres são políticas que se caracterizam por um enfoque de gênero, ou seja, que se orientem por desconstruir relações sociais, mexer em construtos que reproduzem desigualdades. Desigualdades inclusive na “distribuição de renda e poder entre grupos” (Silveira 2003:1) e, no plano institucional, de recursos orçamentários e atenção. Ou seja, falar em ações afirmativas é se referir “a um marco redistributivo” (Silveira, op.cit.)⁴.

Ora tal vetor, ou seja, considerar que políticas de identidade e por ações afirmativas quer seja para mulheres, negros, jovens ou velhos, por exemplo, devam se pautar pelo marco da redistribuição, exige que o Estado vá além da declaração de boas intenções e de programas pontuais para esta ou aquela identidade, que vá além das cotas. Exige que se mexa em toda a estrutura orçamentária da União, o que não se vem conseguindo sequer no plano da identidade clássica, por classe social. O Brasil tem uma das mais perversas distribuições de renda, as desigualdades sociais se dão tanto pelo aumento dos pobres como pela manutenção ou ampliação dos privilégios dos ricos. Segundo estudiosos de políticas públicas, grande parte dos programas com dotação orçamentária não necessariamente beneficiam os mais pobres. As pastas que hoje têm os mais baixos orçamentos são coincidentemente aquelas voltadas para as novas identidades de direitos, ou seja, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)

Voltando ao argumento de que há políticas para algumas identidades que podem desarrumar um sistema tradicional que reproduz desigualdades, retorno a pinçar o caso de reivindicações de **ações afirmativas da agenda feminista**. Por exemplo, políticas contra a mortalidade materna, pelo atendimento pré natal, e contra a violência sexual mexem com o sistema de saúde, lembrando que as mulheres são sujeitos de direitos próprios, como de direitos sexuais e reprodutivos. É neste vetor, que se sublinha que nas políticas de ação afirmativa para as mulheres, há que considerar a interação entre o privado e o público, o que condiciona que as mulheres no plano da vida pública não

⁴ “Esta evidentemente é uma leitura de um processo em disputa pela politização das relações sociais, incluindo-se aí as de gênero e raça/etnia. Há outras abordagens, a meu ver mais celebratórias da diversidade que não levam em conta os processos hegemônicos que conferem às diferenças um sinal de desigualdade, que passam ao largo das relações desiguais de poder, renda e recursos de parcela considerável de significativos segmentos sociais”-Silveira, 2003

tenham igualdade de condições para competir no mercado, na educação. As políticas de ação afirmativa ao mesmo tempo que remetem à igualdade insistem que as mulheres além de não serem tratadas socialmente como iguais, não têm reconhecidas como de valor social as suas peculiaridades e diferenças bio-cultural-socio-historicas. Por um enfoque de gênero, sublinha-se construtos que embasam quer vulnerabilidades negativas quer um capital social próprio, positivo das mulheres, sem necessariamente escorregar-se em essencialismos e naturalizações sobre o próprio da mulher.

Os **povos de ascendência africana**, os povos originários como sujeitos de direitos, além de cotas como forma de diminuir desigualdades, pedem o reconhecimento de suas diferenças identitárias, linguagens próprias, sua história e o direito à diversidade cultural e religiosa, inclusive. Por um enfoque racial tanto se identifica bases discriminatórias quanto construções históricas de rebeliões em distintas dimensões, assim como buscas por vivências e subjetividades projetadas que conferem formas de ser do povo negro. Ou seja busca-se mais que o direito de ser igual, sem contestar os parâmetros de referencia para tal igualdade.

Os **jovens** porque jovens têm o direito a tratamento diferencial para que possam melhor equacionar educação/lazer-esporte/formar-se/iniciação sexual sem reprodução de estereótipos/exercer um pensamento/ação crítico criativo que colabore em avanços civilizatórios, o que não necessariamente se enquadra em lógica de mercado. Alias se há uma população para a qual cidadania não pode se confundir com direito de ser consumidor ou mesmo produtor, é aquela que se configura em juventudes. Essa mais que o direito à inclusão, deveria ter o direito a tentar desidentificações, o novo e o exercício da crítica, o que pede tanto acesso à educação, lazer e cultura, quanto a possibilidade de ser crítico e buscar reinvenções identitárias. Mas, leitura, educação e recreação são itens que mais têm crescido no índice de preço, ou seja, assujeitados à lógica do mercado.

Insiste-se, um enfoque "geracional"-juvenil pede que se considere parâmetros tais como: a formação de autonomia (segundo Ernesto Rodriguez)⁵; o direito de equacionar estudo e segurança social; o acesso a bens culturais, de lazer, de esporte e a novas linguagens; possibilidades de se formar para o desempenho do pensar e agir heurístico,

⁵ Consultor internacional na área de políticas de juventudes, cit in Castro, Mary Garcia e Abramovay, Miriam, 2003. Ver também Rodriguez, 2002

ou seja crítico-criativamente⁶. Tal enfoque 'geracional'/juvenil aponta para um poder vir a ser, distante da realidade brasileira, em que quase 50% dos 34 milhões de jovens, entre 15 a 24 anos, estão fora da escola (dados de 2 000-censo), mas alertam que se além de políticas que beneficiem jovens no hoje, se quer colaborar para a realização de potencialidades que singularizam os jovens há que se ter aqueles parâmetros como balizadores de políticas.

No debate sobre direitos e políticas para identidades é comum revisitar-se a polemica entre políticas universais e políticas focalizadas. A meu juízo forma estéril de se discutir a modelagem de políticas. Se as políticas fossem universais contemplariam todos e todas, suas necessidades, então seriam universais-e-focalizadas, dialeticamente.

Não basta questionar políticas universais porque essas não seriam sensíveis a necessidades focalizadas, de distintas populações, se se circula apenas na quantificação de necessidades qualificadas por tipo de população. Não basta pedir que em uma matriz, cada ministério, cada entidade, detalhe para quem seus programas são destinados. Comum forma de ajeitar o velho, as políticas gerais, sem cara, ao novo, as políticas sensíveis às necessidades e às singularidades das identidades. Enfatiza-se que as políticas de ação afirmativa devem ter orientação redistributiva. Por outro lado "é direito dos desiguais alcançarem a universalidade por meio de políticas afirmativas com enfoques identitários no plano de alterar desigualdades" (Silveira 2003: 4).

Tal norte também qualifica a necessária e hoje tão discutida transversalidade das políticas no que se refere a identidades na desigualdade, como as das mulheres, dos jovens, dos idosos, dos negros ou dos indígenas, ou seja que cada área ou ministério considere os interesses, as necessidades e os enfoques específicos a cada uma, pois tais políticas universais transversalizadas não substituem aquelas específicas. De acordo com Ferreira (cit in Silveira 2003:5):

...no processo de institucionalização das relações sociais de sexo em todas as rotinas e práticas burocráticas, a sua transversalidade pode servir de pretexto para os governos deixarem desde logo de financiar projetos específicos para as mulheres.

Não por acaso as Secretarias especiais (SPM e SEPPIR), no caso brasileiro, combinam a ênfase no acompanhamento das políticas nos demais ministérios em prol de

⁶ Heurística-“conjunto de regras e métodos que conduzem à descoberta, à invenção e à resolução de problemas (cf heureka); procedimento pedagógico pelo qual se leva o aluno a descobrir por si mesmo a verdade que lhe querem inculcar; ciência auxiliar da História que estuda a pesquisa das fontes” in Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, ed Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986:891

seus constituintes e seus enfoques singulares, como reivindicam poder formular programas próprios. Mas a meu juízo vêm tais Secretarias indo além da clássica transversalidade, ao tentarem diálogo com os demais ministérios, o que, diga de passagem, na arena político-constitucional, exige força política, o que em termos orçamentários elas não têm, mas que se configura pelo lugar administrativo especial, diretamente vinculadas à presidência. Tais Secretarias têm como força original, sua base em movimentos sociais, ou seja a transversalidade se exerce no plano horizontal, no governo, e vertical, entre a sociedade civil e a sociedade política. Em ambas Secretarias têm destaque os conselhos formados por entidades da sociedade civil.⁷

A figura de conselhos compostos por membros da sociedade civil é um avanço no plano de firmar transparência e representação dos movimentos de base quer na elaboração, quer no acompanhamento e monitoramento das políticas. Também com a Constituição de 1988 se instituiu os conselhos sociais com tais funções, contudo a vigilância sobre como se dá a representação da heterogeneidade dos movimentos sociais, o efetivo poder de exercício da autonomia dos conselhos sociais em relação ao governo e sua preparação ou poder de conhecimento são desafios para a processualística da democracia. Por exemplo, em relação aos conselhos tutelares sobre direitos de crianças e adolescentes há alertas, como o que se registra no quadro abaixo, sobre a real efetividade de muitos.

Quadro 1

Problemas no funcionamento dos Conselhos de Direitos

- Pouca qualificação da sociedade civil para o exercício do mandato (os representantes têm que ser renovados a cada dois anos);
- Exercício de estratégias fisiológicas, assistencialistas e nepotistas – o governo resiste ao exercício de poder de forma paritária com a sociedade civil;
- Os Conselhos Tutelares não são vistos como prioridade dos governos e muitos municípios não contam com essa estrutura legal;

⁷ “O desafio da implementação e da concretização [de políticas] requer, ou mais do que isso, exige o compromisso dos vários atores sociais do conjunto do governo, da energia criativa da sociedade civil, do setor empresarial e assim por diante. Por essa razão a SEPPPIR, responsável pela coordenação das ações governamentais optou, na elaboração de sua Política, pela realização de um amplo diálogo com diferentes instâncias do Governo federal, instituições públicas e privadas e movimentos sociais, especialmente o Movimento Negro.... A política da igualdade racial [consubstancia-se] em um conjunto articulado de concepções, diretrizes e indicativos de programas e ações que têm como objetivo assegurar êxito e perenidade à implementação de programas e medidas, sobretudo administrativas, destinadas à promoção da igualdade racial” In SEPPPIR, 2004.

- O Tratamento aos adolescentes e jovens em conflito com a lei, em muitos casos, fere elementares direitos humanos – falta proposta pedagógica legal;
- Medidas tímidas quanto ao turismo sexual, pornografia e prostituição envolvendo crianças, adolescentes e jovens, assim como sobre inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho.
- Fonte: (In Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento pelo Brasil do Pacto Internacional de Direitos Econômicos e Sociais - abril de 2000 – www.camaragov.br, 7.5.2002)-cit in Castro e Abramovay, 2003:16

As políticas de ação afirmativa se confundem como frisava no início, com o debate sobre cidadania e direitos humanos. Mas há que cuidar de certas simplificações quando tais temas são acessados por políticas de identidade. Neste ponto retomo tese já apresentada em outros fóruns, como no Fórum Social Brasileiro⁸, mas que conserva sua pertinência para o tema aqui abordado, qual seja a de que é um avanço acionar políticas que contemplem novos sujeitos de direitos, como as mulheres, os negros e os jovens e que na formatação de cada entidade e política mais haveria que promover diálogos entre essas áreas/agencias.

Por exemplo, muito se pode aprender no desenho de uma política nacional de juventudes, do caminho percorrido pelas mulheres, como essas sempre priorizaram o lugar dos movimentos sociais, representados no Conselho Nacional de Direitos da Mulheres, agencia que deu origem a atual Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e como se discutiu ao longo dessas ultimas décadas, o perigo da institucionalização do movimento de mulheres, fragilizando as entidades de base, por exemplo.

A interação entre movimentos sociais de varias ordens, assim como agencias orientadas para direitos de novos sujeitos de direitos tem propriedade não somente para somar forças e desestabilizar formas tradicionais de fazer política ou agendas limitadas a um âmbito específico de necessidades, como as de cunho econômico.

Revisitando a Tese da Alquimia entre Identidades⁹

⁸ A seção que segue é uma atualização de texto apresentado no Fórum Social Brasileiro, Belo Horizonte em 8 de novembro de 2003, e publicado como Castro, Mary Garcia “Alcance e Limites das Políticas de Identidade” in Democracia Viva 19, novembro-dezembro 2003, p12-21

⁹ Sobre alquimia de categorias sociais na produção de sujeitos políticos ver Castro, 1992.

Defendo, em particular a tese de que a alquimia raça, gênero, geração tem potencialidades de colaborar na subversão cultural de um sistema de classes, indo portanto mais além da necessária mais limitada perspectiva de direitos humanos ou mesmo o acionamento de políticas, como as de ação afirmativa para o enfrentamento de desigualdades e por inclusão de constituintes com identidades específicas.

É um ganho da modernidade, em fases mais recentes, reconhecer a dialética entre direitos humanos no geral, tendo como referência a humanidade, e os direitos humanos de muitos considerando suas singularidades, tanto em termos de vulnerabilidades negativas, quanto em termos de possibilidades, vivências, linguagens próprias e irreverências.

Ou seja, o direito ao exercício de uma cidadania ativa, pela qual além de se reivindicar, por representações/organizações, políticas ao Estado, investe-se na formação de sujeitos de direitos, no empoderamento para o acompanhamento, controle social de tais políticas, mesmo que se trate de um Estado de bem estar social ou gerenciado por um governo companheiro. Desta forma, um dos construtos básicos de uma política de identidade, quer seja essa para mulheres, negros ou jovens, por exemplo, é participação, mas cuidando da retórica fácil como se vem dando hoje o tratamento deste conceito. Participação é mais do que estar representado em órgãos colegiados, conselhos, ou ser ouvido sobre uma determinada política ou ação legal. É dispor de conhecimentos e recursos para poder exercer controle social de políticas. No caso de novos sujeitos, como por exemplo, os jovens, tal princípio pede investimento em formação sobre procedimentos orçamentários, maquinaria política, tramites legislativos, o lidar com contas públicas, comumente não dispostas de forma transparente.

Falar em cidadania relacionada a identidades no plano de direitos leva a que se saia dos conceitos clássicos da virada do século de uma cidadania social, civil e política, para lidar com as desigualdades de um sistema de classe, mas ampliando o debate sobre cidadania cultural, entrelaçando essa àquelas, mas reconhecendo singularidades de muitos. É quando se passa a fazer referências aos direitos humanos das mulheres, dos homossexuais, dos negros, dos indígenas, dos migrantes, das crianças, dos jovens, dos mais velhos e de tantas outras populações que por construções sociais pautadas em desigualdades e iniquidades sociais são na classe, o outro ou a outra do outro, e assim mais negativamente vulnerabilizados socialmente que outros.

A reprodução de diferentes desigualdades/ iniquidades vem sendo registrada por ativistas e intelectuais progressistas, mas não necessariamente se enfatiza a combinação de múltiplas determinações identitárias em tal reprodução. Assim por exemplo no “Dossiê Assimetrias Raciais no Brasil: alerta para elaboração de políticas” registram-se varias desigualdades entre afro-descendentes e brancos, enfatizando-se que em muitas dimensões, gênero e geração amplia distancias. É daquele Dossiê (Rede Feminista de Saúde, 2003:25) a chamada de que:

Em 2001, as famílias afro descendentes chefiadas por mulheres tinham um rendimento domiciliar médio de R\$202,00. Já as que tinham como chefe um homem também afro descendente, estaria no patamar de R\$ 208,60. Se a mulher branca foi recenseada como chefe, tal indicador subia para R\$ 481,2%. E no caso dos homens, um pouco mais, R\$ 482,1. Entre as meninas afro descendentes entre 10 a 14 anos, 4,5% seriam analfabetas. As analfabetas entre as meninas brancas perfaziam 1,3%.

Note-se nos dados apresentados, a combinação de identidades, gênero e raça, o que implica que não bastam políticas de ações afirmativas para mulheres, ou de ações afirmativas para negros, mas são necessárias políticas combinatórias, para mulheres crianças ou jovens negras, pobres—ou seja entrelaçando-se gênero, geração, raça e classe. Por outro lado, trata-se de uma política de ação afirmativa focalizada ou política de ação afirmativa de caráter universal-focalizada, o lidar com tal combinação?

Saindo da polaridade entre Políticas Universais e Políticas Focalizadas e Insistindo em Enfoques Combinatórios para Desestabilizações do Velho

Se o debate sobre identidades veio enriquecer o conhecimento/ativismo, ou seja a cidadania ativa, sobre a multiplicidade do real ou os diversos sistemas de desigualdades/iniquidades sociais, por outro lado, há o risco de uma apreensão pós moderna de tais sistemas,—por raça/etnicidade, gênero e geração, por exemplo— por enfoques parcializados, reformistas e fragmentados, ou seja, apostando-se em políticas de identidade auto contidas, [políticas de ações afirmativas que competem entre si], deixando de lado a riqueza das identidades na política, [ou seja de ações afirmativas que tanto pedem enfoques voltados à singularidade de cada grupo constituinte, como à universalidade de uma política, a transformação na classe].

O desafio maior é como ao mesmo tempo combater uma e todas as iniquidades sociais, combinando portanto políticas focalizadas e universais; fazendo o nexos entre

distintos movimentos sociais; e não perder a perspectiva político-crítica sobre a sociedade estruturada em classes sociais. Daí a importância de se contar com movimentos sociais de distintos sujeitos de direitos, secretarias ou agencias governamentais específicas com sólidos vínculos com aqueles movimentos e ao mesmo tempo mais investir nas combinações, trânsitos, constituições de frentes integradas por distintos movimentos sociais e agencias especiais.

É quando há que defender, mas ao mesmo tempo cuidar sobre os limites das políticas de cotas nas universidades, se não acompanhadas de ações afirmativas, bolsas para estudantes pobres e melhoria do ensino das escolas publicas. Mas não dá para usar a necessidade de tais políticas de afirmação universal de direitos para adiar o pagamento da dívida para com os afrodescendentes, com jovens na pobreza, então a defesa das cotas. Mas por outro lado, temos que estar conscientes que a cota sem dispor de condições para que os negros pobres continuem e bem se desempenhem quando nas universidades, estamos preparando ou uma profecia auto cumprida, qual seja, com a deserção dos que não conseguem atender as exigências da atividade de estudos em uma universidade, a noção de que eles não dariam mesmo certo e que se tinha razão de não querer que entrassem por cotas, ou impingindo uma carga extra aos mais pobres para que bem acompanhem os programas universitários. Também cotas, permissão de entrada em estabelecimentos de ensino de mais baixa qualidade é colaborar para a reprodução da divisão racial e inter 'geracional' de poder, uma vez que no futuro continuarão com maior possibilidade de competição por cargos no poder, aqueles com acesso à uma melhor educação. Ou seja políticas afirmativas efetivas pedem mexidas quer quanto à inclusão, quer quanto à qualidade do serviço de referencia.

Insisto na tese de que as políticas de ação afirmativas vão alem das cotas, porque mesmo se especificas, focalizam necessidades, delimitam programas para recompor defasagens, tocam em diferenças estruturais e culturalmente modeladas e têm potencialidade redistributiva ou compensatória e de contribuir para o principio de autonomia.

Por exemplo uma política especifica como a de creche ao tempo que disponibiliza um serviço pode contribuir para o questionamento da divisão sexual do trabalho, possibilitar que a mulher busque um trabalho remunerado, colaborando para sua autonomia. É focalizada e é universal.

Uma política de ampliação do acesso a atividades esportivas para jovens em bairros pobres se modelada considerando a qualidade dos serviços prestados, o tipo de esporte alvo dessa política e conjugada à bolsa para segurança social, como uma bolsa atleta, pode desarrumar a divisão por classes entre esportes de ricos e esportes de pobres, contribuir para conjugar prática de esporte à educação formal e ao processo de autonomia dos jovens. Mas para tanto se faz importante acompanhamento, avaliação, controle social sobre a política de esporte. No Programa Plurianual de Investimentos de 2001 (governo Fernando Henrique Cardoso) estavam anunciadas como políticas de esporte, o Programa Esporte na Escola e o Programa Esporte Solidário. Valeria avaliações e acompanhamentos de tais e outros programas, não somente em torno de metas, mas principalmente da qualidade dos serviços prestados e da possibilidade dos jovens de se beneficiarem de tais programas. Em pesquisa realizada sobre o Ensino Médio pela UNESCO, em 2002, constatou-se que em 14 capitais, cerca de 2 000 000 alunos estavam em escolas sem uma quadra para educação física e mesmo nas que tinham, costumavam os alunos a apresentar críticas à sua adequação e tipos de atividades que aí desenvolviam: *uma caixa de fósforo*, segundo alunos de uma escola no Rio de Janeiro (cit in Abramovay e Castro 2003: 347).

Voltando ao formato das políticas de ação afirmativa ou das políticas de identidade, insiste-se que essas vão mais além quando são políticas afirmativas integradas, ou seja, quando combinando-se enfoques identitários atacam múltiplos condicionantes de desigualdades.

Assim uma política de ação afirmativa contra a mortalidade materna, não pede apenas mais cotas de leitos em hospitais para atender mulheres gestantes, em situações de risco, mas questiona o sistema de saúde como um todo, sua qualidade e seus recursos. O PAISM (Programa de Ação Integral para a Saúde da Mulher) proposto pelo movimento de mulheres pressionava por um SUS de qualidade e dava ênfase no integral de sua sigla.

O desafio maior, a meu juízo, diferentemente dos que advogam o investimento exclusivo em políticas de identidade ou políticas focalizadas é renovar a grande narrativa pelo socialismo ou de forma mais modesta, considerando as urgências do imediato, em políticas universais-e-focalizadas. Há que combinar o enfrentamento de múltiplos sistemas de reproduções de desigualdades e não parar somente na crítica às diferenças, por exemplo entre brancos x negros, homens x mulheres, adultos x jovens, em relação a um determinado indicador.

Segundo Barret e Hamilton, já em escrito de 1987, “apreender a diversidade sem perder-se na fragmentação, vem se tornando um dos maiores desafios do trabalho de corte feminista hoje” (cit in Castro 1992:57). Tal desafio é válido também para ativistas por direitos dos negros e dos jovens, entre outros.

Há que também mais ousar em termos do debate sobre a potencialidade de enfoques identitários não fragmentados, não acionando tal perspectiva somente para correção de desigualdades ou inclusões sociais. A combinação de enfoques anti discriminatórios e por combinação de linguagens identitárias, vai além do debate de políticas afirmativas para um grupo ou para outro, mas, insisto, pode ser mais radical, ao combinar o focalizado-e-o universal.

Muitos movimentos sociais conseguem sair da fragmentação, do focalizado, sem perder o eixo de referencia, o que leva a sugerir que políticas de ações afirmativas não significam necessariamente tirar de uns para dar para outros, mas compreender singularidades no universal e mais do que reivindicar direitos de alguns—o que já é em si válido em tempos de barbárie capitalista, em que se multiplicam exclusões sociais— explorar o que cada movimento identitário pode contribuir para questionar/transformar o todo.

Por exemplo, organizações do **movimento negro** vem resgatando a sabedoria do conhecimento, da cultura africana no Brasil, colabora para uma crítica implícita à sociedade de consumo e ultrapassagem das divisões sexuais, resgatando a polifonia erótica dos orixás e tendo a expressão musical e corporal mais do que super estrutura, e sim linguagem de comunicação que ressalta o valor do lúdico e apresenta, como em algumas expressões do *hip hop*, textos de protesto social ou de *crônicas do cotidiano*¹⁰. Então é pensar pequeno brigar só por igualdade entre negros e brancos. E a contribuição singular do Atlântico Negro (Gilroy cit in Castro 2000)? Da cultura afro-brasileira? O direito do negro a expressões culturais próprias é mais que o direito de alguns, é também questionar a cultura branca ocidental monocronomática e uma hegemonia judaico-cristã.

Já o **feminismo** tem possibilidades que o ultrapassam como movimento social em defesa de algumas mulheres. Até em suas versões institucionalizadas de corte liberal, contribui para uma política cultural orientada para a construção de forças contra hegemônicas, ao introduzir elementos desestabilizadores como, por exemplo: i. quando do questionamento das diferenças de posição entre homens e mulheres nas relações

¹⁰ Expressão de um rapper no filme “Fala tu” de Guilherme Coelho e Nathaniel Leclery (Brasil, 2003)

capital/trabalho, não se limitando a pedir inclusão para serem exploradas como os homens ;ii. o enfrentamento, não necessariamente assumido como tal, à uma razão dicotômica, como as separações entre a macro e a micro política da cotidianidade, entre condições objetivas e subjetivas, entre a razão e os sentimentos, e entre a esfera pública e a privada. Questiona assim lógicas culturais e políticas vigentes.

O movimento de mulheres negras é um dos avanços mais importantes da última década do feminismo no Brasil, e não ao azar, nesse, as mulheres jovens têm contribuído para uma outra forma de se expressar culturalmente, como por exemplo um *hip hop* não machista, o reconhecimento da beleza negra, o resgate da auto estima.

Os **movimentos juvenis** têm a potencialidade libertaria da crítica, a busca por autonomia, a integração entre o erótico, as artes e a indignação pelo injusto. Juntam o brigar por direitos de uma geração de serem sujeitos na arena política, algumas vezes por seus direitos específicos como jovens, e pelo direito de muitos. Por exemplo, a política de passe livre para estudantes, beneficia famílias de baixa renda, não somente os jovens e questiona a concessão de serviços públicos a empresas privadas, orientadas principalmente pelo lucro. Não ao azar acionam os jovens, um dos movimentos mais importantes destes tempos, o movimento contra a globalização capitalista e a hegemonia do Império. Será que tanta energia, inclusive por combate a adultocracias, deva se limitar a uma reivindicação necessária, mas insisto limitada, pela criação de uma Secretaria da Juventude, sem criticar as formas de fazer políticas vigentes, sem investir nas representações de múltiplos movimentos sociais juvenis ao se estruturar tal Secretaria, considerando a diversidade de juventudes e suas organizações; sem empoderar jovens para a avaliação e o acompanhamento de políticas; sem tentar portanto novos paradigmas de participação? As juventudes organizadas dispõem de um capital cultural, de uma contribuição histórica que tem tanto nas clássicas formas de organização, como as estudantis e partidárias, como em outras, mais recentes, orientadas para distintas dimensões, que de alguma forma vem sendo acionado nos debates sobre políticas de juventude, já que distintas agências que estão em tal foro de debates vêm se pautando por ouvir os jovens, organizando reuniões em distintas partes do Brasil. Mas há que cuidar para bem resguardar a autonomia, resguardar a irreverência, o exercício da crítica, a mobilização dos jovens, quando se opta pela institucionalização, por formatos institucionalizados legais, a participação no aparato de poder formal.

O caso dos jovens e a questão de políticas

Entre diferentes identidades na classe, está por outro lado a merecer mais alerta, a situação dos jovens, em particular dos e das jovens das classes populares e dos e das jovens negras.

Quando se desagrega a população por sexo, raça/etnicidade e geração, outras heterogeneidades são reveladas, confirmando o reforço das desigualdades na contemporaneidade brasileira e o anúncio de que esta é uma tendência que se acentua com o livre jogo do mercado.

São os jovens negros que apresentam as mais baixas taxas de atividade e mais altas taxas de desemprego. Os jovens negros, entre 15 a 18 anos, nas áreas metropolitanas no Brasil, têm taxas de desemprego superior a média para a população adulta total (cerca do 8%), com uma variação entre 17% e 23%.

Mesmo no plano mais formal, liberal, de direitos humanos específicos, de investimento em identidades em si, de políticas focalizadas em alguns segmentos, um dos grupos mais a descoberto é o referenciado à identidade geração, como o caso dos jovens.

De acordo com dados do IBGE, no Brasil, em 2002, 34,1 milhões de pessoas se encontravam na faixa etária entre 15 e 24 anos, o que equivalia a cerca de 20% da população do país. Cerca de quase 50% de pessoas em tal ciclo etário estão fora da escola¹¹

Quer pela representação quantitativa no computo geral da população, quer pelos direitos humanos dos jovens, estes fazem jus a serem considerados tanto em políticas universais como a serem sujeitos de políticas específicas.

Contudo tal discussão deve ultrapassar a lógica do senso comum pela qual se considera políticas públicas como um elenco de programas. Falta mais aprofundar debates sobre perspectivas políticas em relação aos jovens, considerando inclusive sua diversidade e as desigualdades segundo raça, gênero, classe e outras demarcações sociais.

Não se encontram políticas públicas para juventudes no atacado, predominando programas e ações no varejo, ou seja, existem no Brasil, programas isolados, políticas

¹¹ Estão na escola, ou seja, no ensino fundamental, médio ou superior, 16 273 876 jovens de 15 a 24 anos, e em cursos de alfabetização de adultos no ensino a distância (fundamental e médio), 1 675 663 jovens, o que perfaz um total na escola de 17 949 539 pessoas entre 15 a 24 anos - dados da PNAD 2001 e do INEP, Sinopse, 2000.

setoriais de ação local no âmbito do Estado, mas que não contemplam a diversidade dos beneficiários em termos de geração e não possuem uma orientação universalista. Por outro lado, além de ter jovens como beneficiários há que mais investir sobre que política se quer em termos de enfoque 'geracional'/juvenil, assim como as feministas investiram, em enfoque de gênero.

São muitos os complicadores para elaboração de políticas públicas que sejam a um tempo: I) políticas de juventudes, ou seja que considere tanto o que há de único na geração jovem e sua diversidade e contemple reivindicações de distintos movimentos sociais de jovens. Para tanto há que conceber os jovens como atores com identidade própria, não fase de transição, não quase adultos ou ex crianças, ou adolescentes. Segundo Bourdieu em um "universo jovem se passa por uma irresponsabilidade provisória. São adultos para algumas coisas e crianças para outras" (cit in Castro e Abramovay 2003); II) políticas para juventude, ou de responsabilidade do Estado, inclusive considerando que essa é uma geração com menor poder de competição em uma sociedade orientada pelo mercado, pois em princípio, tempo de ser jovem, é tempo de estudar, criar, buscar, divertir-se, exercitar-se e investir em formação de autonomia e capital crítico-social; e III) políticas com juventudes, o que pede que se operacionalize participação, por empoderamento, recursos para os jovens poderem participar inclusive na arena de acompanhamento e formulação de políticas. No quadro 2, a seguir resumo de alguns complicadores conceituais para elaboração de políticas públicas de/para/com juventudes que se referem a concepção de juventude.

Quadro 2

Complicadores conceituais para a elaboração de políticas públicas de/para/com juventudes-concepção de juventude

1. Não conceber os jovens como atores com identidade própria (adultos, crianças ou adolescentes);
2. Não se considerar a diversidade entre juventudes x diversidades e articulação em relação a objetivos comuns;
3. O jovem, o outro construído – pensar a juventude por-um dualismo "adultocrata" e maniqueísta e por antagonismos inter-geracionais;

4. Desconsiderar a especificidade quanto a direitos humanos – estudar, divertir-se, exercitar-se, investir em autonomia, buscar e ser crítico-criativo e ter assegurada sua manutenção econômica e afetiva-familiar
- Fonte-adaptado de Castro e Abramovay, 2003

O desafio é refletir sobre políticas públicas de, para e com juventudes, levando em conta uma série de complicadores que envolvem esta temática e a diversidade de direitos humanos dos jovens—sociais, civis, políticos e culturais. (Em Castro e Abramovay 2003-se discute outros complicadores, como as formas de fazer política vigentes; as condições econômicas e sociais da maioria dos jovens e dos serviços que lhe são básicos, como a escola pública; e a falta de formação de políticas que tem os jovens como beneficiários por enfoque “geracional”/juvenil sobre necessidades a serem cumpridas para que possam exercer o direito de serem jovens).

O debate sobre políticas com juventudes, considerando que os próprios jovens deveriam reivindicar direitos passa, pela formação política dos jovens no sentido de aprender a zelar pela coisa pública, acompanhar e cobrar a ação do Estado—exercício de cidadania civil e política ativa, monitorizando o uso da coisa pública.

Tal debate passa também pela forma como se conjuga múltiplas identidades.

Ironicamente mesmo no movimento feminista como no movimento negro deixa a desejar os debates e até a apresentação de estatísticas com recorte também de geração.

No “Dossiê Assimetrias raciais “(2003: 25) registra-se que:

Em 2001, a taxa de ocupação das crianças e adolescentes entre 10 e 13 anos era de 9,0% quase duas vezes mais elevada do que a taxa apresentada pelas crianças brancas que era de 4,9%. Na faixa etária entre 14 e 15 anos, embora haja uma substantiva elevação da taxa de ocupação dos jovens brancos (16,8%) a taxa de participação de afro descendentes permanece superior (20,1%).

Ora 10 a 15 anos são tempos de estudo, de brincar e se divertir, não são tempos de trabalhar.

Quanto se combina gênero e raça, também entre os jovens, há singularidades. Por exemplo, entre os de 15 a 24 anos para cada 100 homens brancos pobres, existem 110 mulheres brancas, 211 mulheres negras e 214 homens negros. Na faixa etária de 7 a 14 anos, por sua vez, para cada 100 meninos brancos pobres há 103 meninas brancas, 189 meninas negras e 203 meninos negros.

Ou seja na alquimia entre raça e gênero, na classe (Castro 1992) , algumas

mulheres jovens perdem mais que as outras, e não necessariamente os homens se destacam como em melhor situação, o que alerta contra referências generalistas e políticas públicas para identidades em si, sem considerar a heterogeneidade que comporta cada uma

Vive-se, por outro lado, o paradoxo hoje do discurso sobre direitos humanos e práticas e discursos sobre violências, sendo que é comum sublinhar-se a participação dos jovens nessas quer como vítimas quer como algozes. Então um primeiro direito humano é o da voz da diversidade, defendendo que há vários tipos de jovens hoje e dar espaço para que os jovens representem seus direitos.

Os jovens principalmente se pobres e negros, são os “sujeitos perigosos”, perigo este ligado à sua classe e idade. Tal perspectiva é mais comum nas notícias e estudos sobre violências e drogas. Mas também é presente quando se focaliza os jovens a partir de seus mais altos índices de desemprego. Por outro lado são poucas as referências às cidadanias ou direitos negados aos jovens, como o do exercício do brincar, divertir-se, se informar e se formar culturalmente, assim como de re-inventar linguagens próprias.

Cerca de 40% dos jovens no Brasil vivem em famílias em situação de pobreza extrema (famílias sem rendimentos ou com até 1/2 salário mínimo de renda familiar *per capita*).

Observa-se uma perversa equação entre trabalho e estudo, quando se considera a população de 15 a 24 anos, equação que sugere que há que ter políticas para diferentes grupos de jovens a depender de seu lugar em tal equação—ver Quadro 3 a seguir.

São 6, 7 milhões de jovens ou seja 20,3% dos que tem 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham. Entre os que só trabalham estão cerca de 31,2% e trabalham e estudam, 18,2%. Ou seja, apenas 30,3%—os que só estudam—estariam exercendo o direito de ser jovem quanto a estudo, estar se formando de maneira adequada ou com tempo para exclusivo exercício dessa atividade.

Os jovens que trabalham com maior probabilidade estão no setor informal—que concentra 70% daqueles entre 15 a 20 anos, sendo que desses 16,3% trabalham sem remuneração. Cerca de 10% dos jovens entre 15 a 24 anos, ou seja 3,4 milhões, são assalariados sem carteira de trabalho registrada (dados da PNAD 2001).

Note-se no Quadro 3 a seguir que a maior proporção de jovens que não estuda nem trabalha, assim como a que só estuda é do sexo feminino. A maioria dos jovens

rapazes que não estudam e não trabalham, segundo a PNAD 2001, estaria na situação de filhos (80,4%), enquanto ao se considerar as jovens mulheres que também não estudam e não trabalham tem-se que 42,6% estariam na situação de cônjuges e 41,1% como filhas. Portanto gênero empresta singularidades a equação trabalho e estudo no caso dos jovens, o que deve ser matéria de políticas específicas. Considerando-se raça, outras singularidades e chamadas por enfoque combinatório quando se trata de identidades na classe, revelam-se. Tem-se que entre os que só estudam e trabalham, a maioria é branca; que é igual a proporção dos que só trabalham entre brancos e negros e que os negros predominam, em relação aos brancos, entre os que não trabalham e não estudam (in Waiselfisz, 2004).

Quadro 3

Equação estudo trabalho, segundo sexo, dos jovens entre 15 a 24 anos, Brasil, 2001 (%)

Atividade quanto a Estudo e trabalho	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Só estuda	33,0	28,0	30,3
Trabalha e estuda	15,0	22,0	18,2
Só trabalha	23,0	38,0	31,2
Não trabalha e não estuda	29,0	12,0	20,3

Fonte: IBGE, PNAD 2001-dados in Waiselfisz, 2004

Quando se pergunta aos jovens de bairros pobres que políticas públicas propõem é comum jovens entre 14 e 15 anos declararem *queremos ter um trabalho* (in Castro e Abramovay 2003). O direito de tempo de brincar e de tempo de estudar não é reconhecido pelos adolescentes, face suas necessidades e da família. Abdica-se da reivindicação do seu direito a estudar, e não declaram que querem bolsas, condições para que só estudem. A busca de trabalho é prioritária para os jovens pobres, e, em algumas das entrevistas com jovens que estudam e não trabalham, percebe-se que se

aparecer uma oportunidade de trabalho, o estudo é abandonado mesmo que seja um trabalho de ganhos imediatos, mas sem perspectivas a longo prazo.

Limita-se expectativas de futuro e se alimenta desencantos em relação a presente e a futuro—e a capacidade de se encantar, de se rebelar, de lutar por futuros, individual e coletivamente é um dos construtos que caracterizam a juventude, como universal-plural e que deveria ser enfatizada na busca por enfoques 'geracionais' em política. Há que insistir em perspectiva de garantir o presente, considerando que a falta de segurança social facilita inclusive o envolvimento em violências. As condições de necessidades comprometem o direito ao sonho, o direito a ter expectativas quanto a futuro. O direito a sonhar, a estudar, a se divertir deveriam ser também construtos de um enfoque 'geracional'-juvenil em políticas de ação afirmativa para jovens.

Insiste-se que ha que mais investir em enfoques integrados, combinando-se identidades. Estudos sobre jovens mulheres bem alertam para tal necessidade, ressaltando por exemplo, o aumento da gravidez juvenil, o caso de abortos entre jovens mulheres, o aumento da contaminação por HIV entre jovens mulheres e o baixo poder de negociação dessas quanto ao uso pelo homem, do preservativo.¹²

O feminismo muito avançou no plano jurídico e político formal, em termos de visibilidade para violências naturalizadas, tidas como coisas de marido e mulher, por exemplo, ou do âmbito do privado. Mas se reconhece que ainda nesse campo são muitas as lacunas e, entre elas, destaca-se as relações de gênero entre os jovens, e a falta de políticas educacionais que mexam com conteúdos curriculares e praticas tradicionais nas escolas¹³.

Graças a estudos de corte feminista, sabe-se por exemplo: que a cada hora, 7 mulheres são vitimadas em situações de violência domestica no Brasil¹⁴; que vem ocorrendo um rejuvenescimento das mortes por complicações obstétricas diretas, sendo que em 1994, só na região Sudeste, do total de mulheres em idade reprodutiva que morreram por essas complicações, 12% tinham entre 15 e 19 anos; e que no Brasil cerca de 15% dos óbitos de mulheres entre 15 a 19 anos foram devido a abortos, quando em 1980, a cifra foi de 8%¹⁵.

A fecundidade entre as mulheres jovens, na faixa entre 15 a 19 anos vem crescendo com mais intensidade a partir dos anos 80. Cerca de 107 mil adolescentes e jovens no ensino médio e dois últimos anos do fundamental, nas 14 principais cidades do

¹² Ver entre outros Castro, Abramovay e Silva, 2004

¹³ Ver Abramovay e Rua, 2002; e Castro e Abramovay 2002.

¹⁴ Dados in UBM-boletim pela internet 8 de março de 2002

¹⁵ In Berquó, 1999.

pais, ou seja, 22% da população entre 10 a 24 anos naqueles níveis escolares já haviam ficado grávida (dados para 2002 da pesquisa da UNESCO-Castro, Abramovay e Silva, 2004).

Pesquisa quantitativa realizada entre 1989 e 1990 indicou que no Rio de Janeiro, em 58% dos casos, a primeira gravidez de jovens entre 15 a 19 anos não foi planejada e em quase 70% dos casos, no Rio de Janeiro, as jovens não usaram nenhum método anticoncepcional na primeira relação sexual¹⁶. Mas gravidez entre adolescentes não se associaria necessariamente à falta de conhecimento sobre métodos de controle de natalidade pela mulher, e para muitas jovens, o corpo é uma fronteira de poder, e a gravidez um poder simbólico de múltiplos sentidos. Ou seja políticas sobre jovens, sobre jovens mulheres, não podem somente se basear em necessidades quantificadas, mas compreender sentidos para os e as jovens dos fenômenos focalizados.

Não acidentalmente entre as jovens mães de 15 a 19 anos, com maior probabilidade se destacam as pobres e as que são classificadas como pretas ou pardas. O que no imaginário juvenil feminino representa seu corpo, o estar grávida é pouco explorado em termos de políticas educacionais preventivas ou de socialização quanto a gênero, raça, geração e sexualidade, ou seja, políticas de ação afirmativa com enfoque 'geracional'-juvenil, sensíveis a desejos e formas de pensar de jovens.

Cerca da metade dos nascidos vivos de mães entre 15 a 19 anos, com a maior probabilidade vivem em famílias sem a presença do pai biológico. A gravidez entre adolescentes e jovens tem um perfil social próprio: em 1996, mais da metade das adolescentes de 15 a 19 anos sem nenhum ano de escolaridade já tinham se tornado mães; já entre aquelas com 9 a 11 anos de escolaridade a proporção baixa para 4%. A taxa de fecundidade das jovens com mais baixo rendimento (menos de 1 salário mínimo) era de 128 por mil mulheres, entre as jovens com rendimentos mais altos (10 salários mínimos ou mais), a taxa de fecundidade baixaria para 13 por mil.

Mesmo no feminismo é ainda tema de pouco investimento, as culturas juvenis, e nestas, identidades femininas jovens. O que se relaciona também ao fato das mulheres jovens ainda não se constituírem em um coletivo feminista, sujeito social de pressão, sujeitos de uma cidadania ativa juvenil feminista.

Em resumo, frisa-se a invisibilidade de um sujeito coletivo que represente interesses e necessidades das mulheres jovens.

¹⁶ Os dados sobre fecundidade entre jovens estão em Camarano, 1998

Existe um vazio inclusive no plano de políticas públicas por uma educação que colabore em questionar a sexualidade tradicional, que invista na auto estima das mulheres jovens, na formação de uma massa crítica juvenil.

O universo feminino juvenil, suas referências culturais, os sentidos de seus corpos são silenciados por uma educação tradicional ou por valores de uma "adulocracia" bem intencionada mas distante de tal universo. Mas os tempos são propícios para o desenvolvimento de um capital cultural político juvenil, com orientação feminista própria, para que as jovens sejam sujeitos políticos por seus direitos, considerando tanto avanços do feminismo como a crescente multiplicação de organizações juvenis e nesta a presença de mulheres jovens.

Nestes tempos muito se fala da reinvenção da esperança, com a eleição de um candidato considerado "das esquerdas", no Brasil ainda que no momento o que se tenha sejam políticas sociais com alguma abertura, tendendo ou com a intenção de serem progressistas mas que se movem por recursos limitados e em cenários de uma política econômica alinhada ao grande capital e interesses das grandes potências e agências financeiras internacionais, ou seja conservadora.

Então, mais urge insistir na configuração de movimentos sociais que conjuguem representação de múltiplas identidades, radicalidade crítica e propositiva, pressão e acompanhamento de políticas, além de insistir na crítica cultural e política destes tempos, o que pede atenção sobre o estado de distintas juventudes.

Por outro lado, há que mais investir para que melhor se delinieie o que poderiam ser construtos de um enfoque de geração juvenil, como parâmetro para avaliar políticas, sua qualidade de desestabilizar a reprodução de estereótipos e as vulnerabilidades culturais, políticas e econômicas dos jovens, como garantir o empoderamento dos jovens, por conhecimentos e recursos para que esses possam assumir uma cidadania ativa também na elaboração e acompanhamento de políticas.

Não basta portanto juntar o que já se tem, traçar em uma matriz o que cada ministério tem em termos de programas que beneficiem os jovens, e a tal somatório chamar Política de Juventude. Há que questionar como se afirma nas ações do governo, nos programas voltados para jovens, o lugar da educação, da autonomia, das linguagens juvenis, o direito dos jovens em serem sujeitos atores de seus direitos.

Sair assim de ações afirmativas a varejo, defendendo mas não se contentando com cotas para jovens pobres ou negros. Há que afirmar ações em prol de juventudes, em

particular aquelas com mais alto grau de vulnerabilidade no sistema de classe, no atacado, o que pede, repito a combinação com a preocupação simultânea com o focalizado e o universal, como com a qualidade da educação no Brasil para todos, todas.

(Segue, como anexo, extrato da publicação Castro e Abramovay 2003, em que se resume construtos importantes para políticas que conjuguem perspectiva de/para/com juventudes.)

Anexo¹⁷

Por um Paradigma no Fazer Políticas para/de/com Juventudes

Quadro 4

Por uma cultura em que a política seja exercida por muitos

"É dever da família da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária" ECA Lei 8.069/90

Caberia pensar não políticas públicas para juventude, mas políticas de/para/com juventudes, o que significa tanto rejeitar políticas imposta por governos, e ao mesmo tempo não minimizar o papel do Estado. É do Estado o papel de legislar, administrar e implementar políticas públicas em consonância com a sociedade civil.

Cita-se a seguir alguns critérios para um novo paradigma na construção de políticas de/para/com juventudes.¹⁸ Considera-se que tais princípios seriam orientados por cinco tipos de parâmetros: ético-políticos; identidades juvenis associadas a identidade por gênero, raça e orientação sexual, entre outros; voltados à questão da gestão ou

¹⁷ Nete anexo adaptação de texto apresentado in Castro e Abramovay 2003:41-43

¹⁸ Ampliação e adaptação por Abramovay e Castro, de "Dez critérios básicos para caracterizar as novas Políticas de Juventude" in "Aportes al documento base para elaboración Del Libro Blanco sobre Políticas Públicas de Juventud em Ibero América". Disponível em: <http://web.jet.es/oij> Acesso em 16.05.2002

formatação institucional; apoiados em ações contínuas de estudos e pesquisas; e conjugação de políticas universais e focalizadas.

Quadro 5

Desafios para um novo paradigma na construção de um plano integrado de políticas de/para/com juventudes (PPJ) segundo um elenco de parâmetros.

Parâmetros Ético-políticos

- Considerar os jovens como beneficiários de serviços e atores estratégicos para o desenvolvimento.
- Colaborar para a construção da autonomia e formação de capital cultural.
- Além de ter os jovens como atores gestores de políticas, ter juventude/geração como enfoque (enfoque geracional/juvenil)
- Investir na formação de adultos que trabalham com jovens, considerando aquele enfoque
- Promover a participação dos jovens no desenho, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas (democracia participativa), atentando para simplificações sobre o paradigma da participação.

Parâmetros de identidades juvenis

- Capacitar os jovens sobre políticas públicas, democratizando conhecimentos para formulação, a crítica e o acompanhamento de políticas.
- Priorizar o tempo de estudo e formação, garantindo bolsas de estudo.
- Equacionar estudo e garantia de segurança econômico-social com formação cultural, ética, diversão e esporte.
- Responder a heterogeneidade de grupos juvenis.
- Contar com perspectiva de gênero.
- Contar com perspectiva de raça/etnicidade.
- Fomentar ações afirmativas que lidem com as desigualdades sociais, com corte geracional
- Cuidar da qualidade de instituições estratégicas para juventude, como a escola.

Parâmetros de formatação institucional/gestão

- Integrar programas, considerando a transversalidade do enfoque geracional e não apenas somar ações/programas/políticas.

- Fortalecer e criar redes institucionais entre sociedade civil e políticas, reforçando a criação de conselho de direitos juvenis junto a entidade no Estado criada para coordenar políticas de juventude e garantir a transversalidade do enfoque geracional.
- Implementar um sistema institucional de gestão (coordenação) comprometendo a colaboração de varias esferas do governo (articulação), em particular incentivando representações a nível municipal/local.
- Utilizar recursos e metas com transparência, possibilitando o acompanhamento critico das políticas

Parâmetros de apoio

- Sensibilizar a opinião publica e as instituições formadoras de opinião e com poder de comunicação sobre jovens, sobre juventudes
- Incentivar e apoiar uma mídia jovem, possibilitando sua modernização quanto a conhecimento e uso de tecnologias inovadoras e difusão para publico em geral
- Fomentar pesquisas sobre grupos juvenis, avaliações de programas e politicas e o intercambio de experiências, incentivando a recorrência a jovens pesquisadores.

Parâmetros vetores (perspectiva sobre identidades juvenis em políticas)

- Romper o dualismo entre políticas universais e políticas focalizadas
- Investir no transito e nos nexos entre políticas de/para/com juventudes, i.e., perspectiva de identidade-geração nas políticas-evitando corporativismos ou alinhamentos de representações dominantes, comum à perspectiva de políticas de identidades auto contidas

Referencias

Abramovay, Miriam e Rua, Maria das Graças "Violências nas Escolas". Brasília, UNESCO, 2002

Abramovay, Miriam e Castro, Mary Garcia "Ensino Medio: Múltiplas vozes" UNESCO, Brasília, 2003

Berquó, Elza (org.) "Morbimortalidade Feminina no Brasil" Campinas, Ed da UNICAMP, 1999.

Camarano, Ana Amélia "Fecundidade e Anticoncepção da População Jovem" In CNPD-Comissao Nacional de População e Desenvolvimento "Jovens acontecendo nas Trilas de Políticas Publicas", Brasília, CNPD/IPEA, 1998, p 109-134

Castro, Mary Garcia; Abramovay, Miriam e Silva, Lorena Bernadete "Juventudes e Sexualidade", UNESCO, 2004.

Castro, Mary Garcia e Abramovay, Miriam "Por um novo Paradigma do Fazer Políticas: Políticas de/para/com juventudes" 2ª versão, UNESCO, Brasília, 2003

Castro, Mary Garcia e Abramovay, Miriam "Drogas nas Escolas", Brasília, UNESCO, 2002.

Castro, Mary Garcia "Alcance e Limites das Políticas de Identidade" in Democracia Viva 19, novembro-dezembro 2003, p12-21

Castro, Mary Garcia "Identidades, Alteridades, Latinidades", Caderno CRH, 32, p 11-21, 2000

Castro, Mary Garcia "Alquimia das Categorias sociais na produção de sujeitos políticos" Revista de Estudos Feministas, n 0, 1992, p 57-74

Gurgel da Silva, Telma. "Feminismo e Liberdade. Se sujeito total e tardio na América Latina" Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004

Herbert Marcuse "Socialismo Feminista: El Núcleo del Sueño" In Susan Sontag, Julia Kristeva, et al. "El Feminismo, Nuevos Conceptos". Bogotá. Ed. Hombre Nuevo.1977-p 220-21

Rede Feminista de Saúde "Assimetrias raciais no Brasil: alerta para a elaboração de políticas. Coord. Wania Sant'anna. Belo Horizonte. Rede Feminista de Saúde, 2003

Rodriguez, Ernesto. "Aportes al documento base para elaboración del Libro Blanco sobre Políticas de Juventud em Ibero América" OIJ in [hghttp://web.jet.es/oij01.htm](http://web.jet.es/oij01.htm), acesso em 16.05.2002

Silveira, Maria Lucia da "Políticas Publicas de Gênero: Impasses e Desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade" in Presença da Mulher n 45, outubro 2003

SEPPIR-Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, "Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial", SEPPIR, Governo Brasil, Brasília, 2004.

Waiselfisz, Julio-Situação da Juventude no Brasil. Índice de Desenvolvimento Juvenil, UNESCO, Brasília, 2004